

## Comentário IV

**Celia Ribeiro Zaher**  
Fundação Biblioteca Nacional

Os comentários abaixo referem-se somente às considerações feitas no estudo sobre os esforços envidados em São Paulo na trajetória das atividades de tratamento, preservação e identificação da imagem fotográfica através dos anos, a falta de bases de dados de imagens que preservem, centralmente, as coleções existentes e as transformações para a tecnologia da imagem digital.

No estudo ao qual nos referimos se faz menção ao esforço da Funarte que desde 1985 atua na criação do Centro de Conservação e Preservação no Rio de Janeiro, centro esse que funciona até hoje como referência para preservação da fotografia no Brasil.

Foi, porém, negligenciado o esforço contínuo e de grande importância da Biblioteca Nacional na afirmação e na definição de uma política de tratamento das coleções fotográficas representada por meio de publicações técnicas, orientação, processo de identificação e indexação, bem como da guarda desse material. Embora já sendo aplicado há anos, esses manuais foram publicados apenas em 1998 e, atualmente, estão disponíveis na Internet no *site* da Biblioteca Nacional ([www.bn.br](http://www.bn.br)) na parte referente ao consórcio eletrônico de bibliotecas.

Esses ensinamentos resultaram do trabalho pioneiro e empreendedor da Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional na execução do Projeto de Preservação e Conservação de Acervo Fotográfico/Profoto, cuja realização foi iniciada em 1990.

Esse projeto criou uma sistemática de tratamento na guarda de imagens fotográficas sob a direção de Joaquim Marçal, chefe da Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional, fotógrafo e professor da PUC/RJ, especialista celebrado por seu recente livro sobre as origens da fotorreportagem no Brasil. A coleção de 35 mil fotografias da Biblioteca Nacional é histórica, de grande importância cultural e tem sido utilizada por diversos pesquisadores através dos anos dando margem a pesquisas publicadas em livros e catálogos de exposições.

Vale ressaltar com destaque a exposição de fotos de D. Pedro II que foi de uma beleza ímpar e original tendo sido patrocinada pelo Instituto Cultural

Banco Santos sob a curadoria conjunta com a Biblioteca Nacional, expondo pela primeira vez 140 fotos inéditas que, por 130 anos, aguardaram sua planificação e revelação aos pesquisadores e ao público por meio desse maravilhoso evento que alcançou grande sucesso, resultando na publicação do catálogo *De volta à luz: fotografias nunca vistas do Imperador*, com imagens e textos. O trabalho prévio de tratamento de conservação dessas fotografias feito por técnicos da Biblioteca Nacional e da Funarte, vale menção, pois trouxe ao público fotografias que permaneciam desconhecidas e sem acesso por falta de equipamento apropriado para o seu tratamento. Essa exposição mostra, apenas, parte da coleção de fotos do imperador D. Pedro II, já que a coleção intitulada *D. Maria Thereza Christina* reúne 22.500 fotos e foi doada pelo imperador à Biblioteca Nacional em 1895.

À essa coleção foi outorgado o certificado da Unesco de seu registro internacional no Programa Memória do Mundo, assegurando a sua perpetuidade na memória dos povos como uma coleção que retrata os costumes e a fotografia do século XIX. Como tal, pela sua exaustividade e originalidade, foi reconhecida pela Unesco a sua importância para a história da humanidade. Esse reconhecimento foi uma decisão do Comitê do Conselho Internacional desse órgão que, reunido em Gdansk em 2003, reconheceu o mérito da coleção após exame minucioso e favorável dos comitês de especialistas internacionais, que avaliam o material a ser registrado.

O tratamento de preservação, a identificação e a criação da base de dados de documentos fotográficos da Biblioteca Nacional vem se desenvolvendo desde a década de 1980, porém em 1998 houve um esforço para colocar no portal da biblioteca algumas fotografias formadoras de um núcleo de arquivos de imagens com *links* que apresentavam os seus dados bibliográficos. Essa primeira experiência de digitalização criou um interesse de aprofundar estudos e identificar equipamentos que viriam a constituir um laboratório de digitalização, por meio de aquisições feitas com recursos de instituições de financiamento.

Dentro do contexto dessas necessidades de passar do tratamento experimental para a captura e preservação digital de imagens de forma sistêmica, foi obtida uma bolsa de estudos para Joaquim Marçal, por meio da Mellow Foundation, que resultou num diálogo profícuo com a New York Public Library e a Library of Congress dos Estados Unidos. Sucessivamente, foram adquiridos muitos equipamentos por doações, a saber: microfilmes pelo Ministério da Cultura, cromos pela IBM do Brasil, papel pela Vitae e toda a rede atual de computadores Macintosh além de *scanners* Power Phase pela Finep e pela Unesco. O laboratório, instalado de 1999 a 2003, é totalmente operacional e o mais completo e moderno dos laboratórios das bibliotecas na América Latina, tendo oferecido em dezembro de 2003 o 1º Curso Latino-Americano de Preservação Digital patrocinado pela Unesco.

Todos os equipamentos foram obtidos por meio de projetos que tratavam de bibliotecas virtuais temáticas como a do tráfico dos escravos no

Brasil, da rede virtual da cartografia histórica dos séculos XVI a XVIII, da coleção Piranesi e da coleção de fotos do imperador.

Com relação à preservação dos arquivos digitais, que foi um dos assuntos abordados pelo autor, um dos aspectos que se torna urgente é o estudo pelas instituições brasileiras da criação de repositórios de arquivos digitais centrais que tenham capacidade de coletá-los e mantê-los em condições ótimas e em suportes de grande capacidade de armazenagem. Esse tema foi discutido extensamente durante o curso acima referido.

Esse trabalho deverá ser dividido entre instituições de pesquisa que possam manter sistemas operacionais e que abriguem a Biblioteca Central de Arquivos Digitais em rede entre as instituições interessadas, permitindo recuperar esses arquivos, quando necessário. Tais repositórios deverão assegurar a perpetuidade desses arquivos de vida efêmera e ter a possibilidade de atualizações tecnológicas de transferência desses suportes para novos de acordo com a mudança tecnológica através dos anos.

O investimento de recursos humanos e tecnológicos só poderá ser realizado por meio de convênios cooperativos entre instituições que possam se autofinanciar.